CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1350/71 INDICAÇÃO CEE Nº 045/76
aprovada por Deliberação de

22/setembro/1976

Com. ao Pleno em 29/09/76

INTERESSADO : FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE OSASCO

ASSUNTO : Arovação de Banca Examinadora para defesa de tese e doutoramento de Mero Mendes Ferreira
CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU - Delegação

A Câmara do ensino do Terceiro Grau, tomando conhecimento do Processo CEE nº 1350/71, de interesse de Mero Mendes Ferreira, que trata da realização de defesa de tese de doutoramento em Ciências junto ao Departamento de _____

na faculdade de Ciências Econômicas e administrativas de Osasco manifesta-se favorável ao prosseguimento da defesa de tese, e nos termos de Deliberação CEE nº 09 de outubro de 1973 e Portaria GP nº 05/73, APROV, a constituição da seguinte Banca Examinadora:

1. Prof. Dr. Wladimir Ferreira
2. Profª Dra Diva Benevides Filho
3. Prof. Dr. Edcy Gomes
4. Prof. Dr. Hirondel Simões Lurders
5. Prof. Dr. Octacílio Dias

S U P L E N T E S :

1. Profª Drª Sonia Schuetze
2. Prof. Dr. Vicente Unzer de Almeida

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Henrique Ganba, José Antônio Trevisan, Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Paulo ~~Gomes~~ Romeo e Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Foram vencidos os votos dos Conselheiros Alpínolo Lopes Casali e Celso Volpe, nos termos de Declaração de Voto em separado.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 22/setembro /1976

a) Conselheiro: Paulo Gomes Romeo - Presidente -

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO

Distinguimos o doutoramento pela via da defesa de tese, realizado nos antigos estabelecimentos isolados de ensino superior do Estado daquele doutoramento pretendido pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais municipais.

Para o primeiro havia um decreto explícito e manifestação concordante o Conselho Federal de Educação.

Para o segundo doutoramento não há lei, nem decreto. E o decreto estadual não se lhe estende.

Portanto, o doutoramento nas escolas municipais há de estar expressamente previsto no seu regimento, por sua vez, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

No caso, o regimento da escola de Catanduva é omissivo; ou melhor, não previu tal doutoramento.

Ademais, o doutoramento há de ter validade interna corporis. Seria um meio para o aperfeiçoamento ou especialização do seu corpo docente.

No caso, ignora-se qual o candidato que é professor da escola, qual o que pretende fazer uso externo do seu título.

Por isso, somos vencidos.

São Paulo, 22 de setembro 1976

a) Conselheiro Alpínolo Lopes Casali

Subscrevo o voto vencido do Cons. Alpínolo Lopes Casali.

a) Conselheiro: Celso Volpe